ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
DOI: 10.12957/demetra.2025.80495

DEMETRA
Alimentação, Nutrição & Saúde

e-ISSN:2238-913X

Hugo Braz Marques[1]
Danielle Ribeiro de Moraes[2]
Paulo César Pereira de Castro Junior[3]

[1] Ministério da Saúde ROR Superintendência Estadual no Rio de Janeiro, Hospital Federal de Ipanema. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

[2] Fundação Oswaldo Cruz ROR, Instituto Nacional da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

[3] Universidade Federal do Rio de Janeiro ROR, Instituto de Nutrição Josué de Castro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Manuscrito oriundo de tese de Doutorado Acadêmico em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz, intitulada "Análise de políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global", autoria de Hugo Braz Marques e orientação de Danielle Ribeiro de Moraes e Paulo César Pereira de Castro Junior, defendida e aprovada em 30 de março de 2023.

Correspondência
Hugo Braz Marques
hugobrz@gmail.com

Editor Associado
Larissa Loures Mendes

Captura corporativa em políticas alimentares para enfrentamento da sindemia global em Curitiba

Corporate capture in food policies to confront the global syndemic in Curitiba

Resumo

Introdução: Interconexões sinérgicas têm sido sugeridas na determinação da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, devido ao sistema alimentar hegemônico. Alimentos ultraprocessados estão associados à dupla carga de má nutrição, emissões de gases de efeito estufa e limitações na capacidade regenerativa da biosfera. O consumo de carne bovina e de laticínios é desestimulado pela Dieta de Saúde Planetária. Para alcance do propósito do Acordo de Paris, metrópoles integrantes da Rede *C40 Cities* se predispuseram a revisar seus sistemas alimentares. *Objetivo*: Avaliar a influência da indústria de alimentos em políticas alimentares para enfrentamento da sindemia global em Curitiba-PR. *Métodos*: Estudo qualitativo, de abordagem exploratória, descritiva e analítica, com coleta de dados feita por questionário eletrônico semiestruturado e oficinas temáticas em videoconferência, com representantes da Prefeitura de Curitiba junto à Rede *C40 Cities*. Procedeu-se com análise de conteúdo e análise de discurso. *Resultados*: Políticas alimentares de Curitiba mostram-se atravessadas por atividades corporativas como gerenciamento de coalizão, envolvimento direto e influência política e convencimento discursivo, em que pesem inovação e êxito em ações efetivamente promotoras de disponibilidade, acessibilidade física e financeira a alimentos mais saudáveis e sustentáveis. *Conclusão*: Recomendam-se contínuas análises de programas de segurança alimentar e nutricional e de sustentabilidade em Curitiba-PR, com alerta crítico à presença de conflitos de interesses, de modo que se tornem políticas públicas de Estado direcionadas à justiça social, sanitária e climática.

Palavras-chave: Obesidade. Desnutrição. Mudança Climática. Complexos da Indústria de Alimentos. Conflito de Interesses.

Abstract

Introduction: Synergistic interconnections have been suggested to determine obesity, under nutrition and climate change due to the hegemonic food system. Ultra-processed food is associated with the double burden of malnutrition, greenhouse gas emissions and with biosphere's regenerative capacity limitations. Red meat and dairy products intake is discouraged by the

(cc) BY

Planetary Health Diet. Urban centers composing the C40 Cities network decided to overhaul their food systems in order to meet the Paris Agreement targets. *Objective*: Assessing the food industry influence on food policies aimed at addressing the global syndemic in Curitiba-PR. *Methods*: Qualitative study based on an exploratory, descriptive and analytical approach. Data collection was conducted through both the application of a semi-structured electronic questionnaire and thematic workshops held via videoconference with representatives from Curitiba City Hall attending the C40 Cities network. Content and discourse analyses were also conducted. *Results*: Curitiba food policies are influenced by corporate activities such as coalition management, direct involvement, political influence, and discursive persuasion, despite innovation and success in actions effectively promoting the availability, accessibility and affordability of healthier and more sustainable food types. *Conclusion*: Continuous analyses about food and nutritional security, and sustainability programs, in Curitiba-PR are recommended, despite the critical alert to conflicts of interest, so that they become State public policies aimed at social, health and climate justice.

Keywords: Obesity. Malnutrition. Climate change. Food industry. Conflicts of interest.

INTRODUÇÃO

Ao sistema alimentar hegemônico, têm sido atribuídas interconexões sinérgicas na determinação das pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, o que constitui a sindemia global.[1] Em países de média e baixa renda, coexiste a dupla carga de má-nutrição, refletida pela manifestação simultânea de excesso de peso/obesidade e desnutrição/deficiência de micronutrientes, com uma condição predispondo à outra ao longo das diferentes fases da vida.[2]

Os sistemas alimentares compreendem ambientes, atores, processos, infraestrutura e instituições relacionados com a produção, processamento, abastecimento, comercialização, transporte, distribuição, preparação, consumo, controle de desperdício e perdas de alimentos. Determinam o estado nutricional e a saúde, além de produzirem impactos socioeconômicos e ambientais nas diversas populações.[3] Ambientes alimentares representam a interseção entre as cadeias de abastecimento alimentar e o consumidor, determinando a disponibilidade, acessibilidade física e financeira, conveniência, promoção, qualidade e sustentabilidade de alimentos.[4]

Um sistema alimentar sensível à nutrição favorece uma maior disponibilidade e diversidade de alimentos *in natura* com origem agroecológica. Por sua vez, o hegemônico inclui abordagem biomédica e artificial da nutrição, com dependência da transgenia e de agrotóxicos oriundos das grandes potências globais para produção de *commodities* agrícolas destinadas à exportação pelos países em desenvolvimento.[5] Como consequência, há repercussões ambientais decorrentes do uso de terra, consumo de água e desmatamento, além do abastecimento alimentar progressivamente definido por alimentos ultraprocessados (AUP).

Os conglomerados industriais de AUP buscam capturar o aparelho do Estado e os organismos internacionais para que seus interesses e privilégios sejam perpetuados, corroborando o extrativismo de sistemas naturais de países em desenvolvimento e fluidificando suas políticas públicas direcionadas a saúde, sustentabilidade e bem-estar social.[6] O GAPB recomenda o consumo preferencial de alimentos *in natura* ou minimamente processados e contraindica o consumo de AUP.[7]

Conforme o *Guia Alimentar para a População Brasileira* (GAPB), os AUP são formulações industriais derivadas de constituintes alimentares cujo consumo frequente se associa a doenças crônicas não transmissíveis, em função de sua alta densidade energética, alta concentração de carboidratos, sal e gorduras, pobre composição nutricional e incorporação de aditivos químicos, como corantes, conservantes, emulsificantes e realçadores de sabor.[7] Independentemente de suas embalagens, por sua própria constituição, exercem impacto deletério sobre as pegadas hídrica, de carbono e ecológica, comprometendo a disponibilidade de água, favorecendo emissões de gases de efeito estufa (GEE) e limitando a capacidade regenerativa da biosfera.[8] Adicionalmente, tem-se apontado correlação entre o consumo de proteínas animais, advindas principalmente da carne vermelha e de laticínios, e as mudanças climáticas, em função da digestão do gado ruminante, que tem recebido uma dieta à base de monoculturas agrícolas, liberando metano e óxido nítrico, com elevado potencial de aquecimento global pela formação de dióxido de carbono. Nesse sentido, a Dieta de Saúde Planetária da Comissão *EAT Lancet* propõe ênfase em cereais integrais, leguminosas, oleaginosas, óleos vegetais insaturados, além de porções pequenas a moderadas de frutos do mar e aves, nenhuma ou pequenas porções de carne vermelha, açúcar de adição, grãos refinados e tubérculos.[9]

Em 2015, durante a 21ª edição da Conferência das Partes (COP-21) integrantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 196 países comprometeram-se com o Acordo de Paris, com a finalidade de conter o aquecimento global abaixo de 2ºC, mitigar os impactos negativos da mudança climática

e reduzir as emissões de GEE. Sua pactuação integrou o contexto de inflexão da Agenda 2030, que deslocou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).[10]

Para alcance do propósito do Acordo de Paris, ressalta-se a necessidade de alterar o modelo de desenvolvimento dos grandes centros urbanos, solidificando-se um fórum coletivo de 95 metrópoles espalhadas por todos os continentes, a Rede *C40 Cities*, cujas iniciativas incluem a revisão de sistemas alimentares. Os municípios brasileiros envolvidos são: Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.[11] Vale frisar o compromisso previamente estabelecido por essas cidades com o Pacto de Milão, para a Política Alimentar Urbana, que concerne ao desenvolvimento de sistemas alimentares que propiciem acessibilidade física e financeira a alimentos saudáveis, com proteção da biodiversidade e controle de desperdício.[12]

O objetivo deste artigo é avaliar a influência da indústria de alimentos em políticas alimentares para enfrentamento da sindemia global no município de Curitiba, capital do Estado do Paraná-PR.

MÉTODOS

Este artigo consiste no recorte de uma pesquisa de Doutorado em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), voltada para a análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede *C40 Cities* para enfrentamento da sindemia global. O período se inicia com a publicação da temática da Sindemia Global e da Dieta de Saúde Planetária no periódico *The Lancet* em 2019 e finda em meados de 2022, em razão de cronograma acadêmico.

O público-alvo contou com quatro profissionais que representam a Prefeitura de Curitiba junto à Rede *C40 Cities*, alocados nas Secretarias Municipais do Meio Ambiente e de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo estatutários de carreira e comissionados. Com formação acadêmica em Nutrição, Agronomia e Engenharia Ambiental, seu tempo médio de atuação na Administração Direta era de 16,5 anos e no caso do único comissionado, cinco anos.

Curitiba é uma metrópole localizada na Região Sul do país, com estimativa populacional de 1.773.718 habitantes segundo o Censo Demográfico de 2022 e alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (0,823) no ano de 2010.[13]

Este é um estudo qualitativo, de abordagem exploratória, descritiva e analítica. A coleta de dados se deu em duas etapas complementares, com aplicação de questionário eletrônico semiestruturado e condução de três oficinas temáticas em plataforma de videoconferência, pelos autores deste artigo, que cumpriram os papéis de mediador, relator e observador, após reuniões sistemáticas de orientação e coorientação para seu planejamento.

O questionário semiestruturado, aplicado entre outubro e novembro de 2021, é apresentado no Quadro 1, ao passo que o roteiro das oficinas, conduzidas entre junho e julho de 2022, consta no Quadro 2, com questões delimitadas apenas ao município de Curitiba.

Quadro 1. Questionário eletrônico semiestruturado, componente da pesquisa sobre "Análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global".

1. IDENTIFICAÇÃO
1.1 Nome do município
1.2 Nome da Secretaria ou órgão representante da Rede *C40 Cities*
1.3 Nome do(a) Delegado(a) do município na Rede *C40 Cities*
1.4 Função do(a) Delegado(a) do município na Rede *C40 Cities*
1.5 Contato eletrônico do(a) Delegado(a) do município na Rede *C40 Cities*
1.6 Nome do(a) Consultor(a) Técnico(a) em sistemas alimentares do município na Rede *C40 Cities*
1.7 Função do(a) Consultor(a) Técnico(a) em sistemas alimentares do município na Rede *C40 Cities*
1.8 Contato eletrônico do(a) Consultor(a) Técnico(a) em sistemas alimentares do município na Rede *C40 Cities*
2. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REVISÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES MUNICIPAIS
2.1 O município assinou a Declaração das Cidades por uma Boa Alimentação, da Rede *C40 Cities*? ( ) Sim ( ) Não. Em caso negativo, quais foram os impedimentos?
2.2 Em caso de eleição de novo Prefeito em 2020, quais foram os desdobramentos adotados sobre a relação com a Rede *C40 Cities* mediante a mudança de governo?
2.3 Quais foram as prioridades e estratégias definidas para alcance das metas previstas na Declaração das Cidades por uma Boa Alimentação, da Rede *C40 Cities*?
2.4 Quais foram as prioridades e estratégias concretizadas para alcance das metas previstas na Declaração das Cidades por uma Boa Alimentação, da Rede *C40 Cities*?
2.5 Quais foram os principais entraves encontrados para alcance das metas previstas na Declaração das Cidades por uma Boa Alimentação, da Rede *C40 Cities*?
2.6 A Rede *C40 Cities* propôs complementações ao plano de revisão dos sistemas alimentares em função da pandemia da covid-19? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, exemplifique-as.
3. POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
3.1 Existe Política Municipal de Alimentação e Nutrição já implementada ou em processo de implementação na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, favor anexar o documento.
3.2 De que maneira o tema "Alimentação e Nutrição" é contemplado no Plano Diretor do município?
3.3 Existe Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional já implementada ou em processo de implementação na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, favor anexar o documento.
3.4 Existe Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional elaborado para o quadriênio na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, favor anexar o documento.
3.5 Existem representações municipais na Câmara Intersetorial e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, destaque três deliberações recentes dessas instâncias.
3.6 Existe Política Municipal de Abastecimento Alimentar já implementada ou em processo de implementação na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, favor anexar o documento.
4. VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL MUNICIPAL
4.1 Quais são os indicadores do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no município, no que se refere ao estado nutricional da população adulta? Anexe-os, caso necessário.
4.2 Quais são os indicadores do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no município, no que se refere ao consumo alimentar da população adulta? Anexe-os, caso necessário.
4.3 Quais são os indicadores sobre consumo de carne vermelha, laticínios e alimentos ultraprocessados pela população adulta? Anexe-os, caso necessário.
4.4 Quais são os indicadores sobre a distribuição de estabelecimentos que comercializam alimentos *in natura* ou minimamente processados e de estabelecimentos que comercializam alimentos ultraprocessados na cidade? Anexe-os, caso necessário.
4.5 Quais são os indicadores sobre a insegurança alimentar e nutricional na cidade? Anexe-os, caso necessário.
4.6 De que forma a pandemia da Covid-19 repercutiu na segurança alimentar e nutricional na cidade?
4.7 Quais são os indicadores sobre desperdício e perdas de alimentos na cidade? Anexe-os, caso necessário.

Quadro 1. Questionário eletrônico semiestruturado, componente da pesquisa sobre "Análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global".(Cont)

5. ACESSIBILIDADE FÍSICA E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS NA CIDADE
5.1 Existem centrais de abastecimento alimentar sob responsabilidade do município? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, cite-as.
5.2 Quais programas institucionais têm provisão alimentar gerida pela Prefeitura?
5.3 De que forma estão distribuídos e como são geridos os programas de hortas urbanas?
5.4 De que forma estão distribuídos e como são geridos os programas de feiras urbanas?
5.5 De que forma a agricultura familiar e a produção agroecológica são contempladas na provisão alimentar dos programas institucionais do município?
5.6 Foram planejadas e/ou adotadas metas de redução na oferta de carne vermelha, laticínios e alimentos ultraprocessados nas refeições distribuídas nos programas institucionais do município? Em caso afirmativo, quais são essas metas?
5.7 De que forma se prevê a redistribuição geográfica de estabelecimentos que comercializem prioritariamente alimentos *in natura* ou minimamente processados e alimentos ultraprocessados no zoneamento urbano?
5.8 Quais as intervenções projetadas para o controle de desperdício e perdas de alimentos na cidade?
6. ACESSIBILIDADE FINANCEIRA A ALIMENTOS NA CIDADE
6.1 Quais são os programas sociais de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional na municipalidade?
6.2 De que forma os programas sociais de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional preveem o controle social / participação popular na municipalidade?
6.3 Que ajustes foram necessários em programas sociais de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional na municipalidade, diante da pandemia da covid-19?
6.4 Estão previstos incentivos fiscais a estabelecimentos que comercializem prioritariamente alimentos *in natura* ou minimamente processados na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, descreva-os.
6.5 Estão previstos desincentivos fiscais ou taxações a estabelecimentos que comercializem prioritariamente alimentos ultraprocessados na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, descreva-os.
7. PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NA CIDADE
7.1 Existem ações municipais de promoção e publicidade de alimentos *in natura* ou minimamente processados nos espaços públicos da cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, descreva-os.
7.2 De que forma se prevê a minimização de conflitos de interesses entre a indústria de alimentos, saúde e sustentabilidade em parcerias público-privadas estabelecidas pela Prefeitura?
7.3 Existem marcos regulatórios sobre promoção da alimentação adequada e saudável na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, descreva-os.
7.4 Existem mecanismos regulatórios que limitem a publicidade de alimentos ultraprocessados na cidade? ( ) Sim ( ) Não. Em caso afirmativo, descreva-os.

Quadro 2. Roteiro das oficinas componentes da pesquisa sobre "Análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global", fragmentado para Curitiba-PR. (Cont)

A) Implementação do plano de revisão de sistemas alimentares municipais
A1. Percebeu-se congruência entre as demandas legítimas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Curitiba e metas da Declaração das Cidades por uma Boa Alimentação. De que forma a iniciativa influenciou o processo de revisão de sistemas alimentares?
B) Implementação de políticas municipais de alimentação e nutrição
B1. De que forma o conteúdo do PLAMSAN curitibano dialoga com o Guia Alimentar para a População Brasileira e com a Dieta de Saúde Planetária?
B2. Qual o andamento do processo de implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, prevista no Plano Municipal vigente até 2023?

Quadro 2. Roteiro das oficinas componentes da pesquisa sobre "Análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global", fragmentado para Curitiba-PR.

C) Vigilância alimentar e nutricional no município
C1. De que forma os relatórios restritos do SISVAN foram utilizados para o processo de revisão de sistemas alimentares municipais?
C2. Embora tenham referido desconhecimento sobre o monitoramento da densidade de estabelecimentos varejistas de alimentos, em determinados eixos do questionário, percebeu-se apropriação dos conceitos de desertos e pântanos alimentares. Quais foram as referências do mapeamento de ambientes alimentares na cidade?
D) Promoção da alimentação adequada e saudável no município
D1. Quais os temas previstos em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação Saudável e Semana de Alimentação Consciente de Curitiba? Foram feitas associações com a temática da Dieta de Saúde Planetária e as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira?
D2. Identificou-se a presença da ONG Greenpeace na organização do *FestivalCoolritiba* deste ano, subsidiando ações voltadas para sustentabilidade. Tais ações convergem com a promoção da alimentação adequada e saudável? Existiram corporações de alimentos envolvidas no evento?
D3. Existe algum projeto de lei proveniente do Executivo ou a incidência na Câmara Municipal sobre regulação da comercialização e publicidade de alimentos ultraprocessados ou sobre a promoção de ambientes alimentares saudáveis?
E) Acessibilidade física e disponibilidade de alimentos no município
E1. Como estão distribuídas as feiras livres e orgânicas na cidade? Que critérios foram considerados para sua implantação e distribuição?
E2. Na cidade, estão preservados mercados municipais tradicionais com abastecimento alimentar público?
E3. Como estão distribuídas as hortas comunitárias, escolares e institucionais na cidade? Que critérios foram considerados para sua implantação e distribuição?
E4. Qual o percentual atual de gêneros oriundos da agricultura familiar e de produção agroecológica alcançado pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar?
E5. No município, percebe-se como ponto forte da cidade a existência de uma Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que contempla programas potentes. Gostaríamos que discorressem mais sobre a gestão e a distribuição do Armazém da Família, Restaurantes populares, Mesa Solidária, Banco de Alimentos e Cozinhas Comunitárias.
E6. Além dos equipamentos da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que outros órgãos da Administração Direta são contemplados com alimentação institucional?
F) Acessibilidade financeira a alimentos no município
F1. Como estão distribuídos os Restaurantes populares na cidade? Que critérios foram considerados para sua implantação e distribuição?
F2. Quais os valores atuais do Crédito Alimentar de Curitiba? Por quanto tempo permaneceram ou permanecem os créditos adicionados diante da crise econômica, política e sanitária dos últimos anos?
F3. Qual o andamento no processo de concessão de subsídios a alimentos com menor grau de processamento industrial comercializados nos Armazéns da Família, conforme previsto no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, até 2023?
F4. Quais foram as principais deliberações do COMSEA suscitadas diretamente da população? Como a população tem sido convidada ou considerada no processo de elaboração de políticas públicas de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional?

As categorias analíticas operacionais consideradas para as duas etapas de coleta abrangeram: implementação do plano de revisão de sistemas alimentares municipais; implementação de políticas públicas municipais de alimentação e nutrição; vigilância alimentar e nutricional; acessibilidade física e disponibilidade de alimentos; acessibilidade financeira a alimentos; promoção da alimentação adequada e saudável. Elas estruturaram eixos orientadores das categorias empíricas convertidas em perguntas do questionário e do roteiro das oficinas, a fim de precipitar ideias-força e núcleos significantes pela análise.

Sobre os dados emergentes da primeira etapa, procedeu-se com análise de conteúdo fundamentada em Bardin,[14] enquanto, para a segunda etapa, efetuou-se análise de discurso inspirada na linha francesa de Pêcheux e adaptada por Orlandi.[15] Pelas oficinas temáticas, pretendeu-se provocar tensionamentos que pudessem preencher silenciamentos ou minimizar dúvidas inerentes ao primeiro instrumento, além de terem sido atualizadas questões diante da dinamicidade da pauta.

Os cuidados éticos referentes aos princípios legais da pesquisa com seres humanos foram respeitados, com base nas Resoluções nºs 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, com a devida aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP/Fiocruz, por meio do parecer consubstanciado nº 4.882.363, emitido em 03/08/2021. Salienta-se a anuência por parte das secretarias municipais contempladas, que não dispõem de CEP.

Riscos inerentes ao acesso à internet foram minimizados em consideração à Lei Geral de Proteção de Dados de 2019, pelo uso de ferramentas com políticas de privacidade estabelecidas e com acesso institucional pela ENSP. Reconhecendo-se o risco de identificação indireta dos participantes, por se tratar de um número restrito e com funções específicas em órgãos públicos de gestão, optou-se pela omissão de seus nomes e cargos nos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto epidemiológico, social e político de Curitiba-PR

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) aponta 33% de indivíduos adultos com sobrepeso e 36% com obesidade, no universo de 88.899 usuários acompanhados pela Atenção Primária à Saúde naquele ano.[16] Dentre os 6.800 indivíduos adultos que responderam ao Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) em 2021, 55,3% referiram excesso de peso e 22,6% referiram obesidade.[17]

A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 revela o consumo médio *per capita* de 57,9g de carne bovina e 61,3g de laticínios por pessoas com idade maior ou igual a 10 anos, na Região Sul do país, onde se localiza a cidade de Curitiba.[18] Tomando como base a recomendação máxima de consumo diário de 28g de carne bovina e 250g de laticínios pela Dieta de Saúde Planetária, seria indicada a redução na ingestão do primeiro tipo de alimento de origem animal à metade, pelos habitantes daquela região do Brasil.

Considerando-se as diretrizes do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, o VIGITEL identificou o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados por 31,2% dos respondentes e de AUP, por 25,2% dos respondentes, na véspera do inquérito telefônico realizado em 2021, dentro do universo amostral de 6.800 indivíduos adultos.[17]

Deve-se levar em conta a defasagem dos levantamentos supracitados frente à alta de preços de alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros, especialmente proteínas animais e alimentos *in natura*, que superaram a própria inflação, ao passo que AUP tiveram elevação discreta de preços durante o governo de Jair Bolsonaro.[19]

A crise sanitária global decorrente da pandemia da Covid-19, conflitos geopolíticos entre Rússia e Ucrânia e quebras de safra por mudanças climáticas (estiagem, geadas e aumento da pluviosidade) foram determinantes, mas foram particularmente adicionados de questões internas como fragilidade nacional em relações diplomáticas, política econômica que desfavoreceu o câmbio do real, retração em políticas sociais com reformas trabalhista e previdenciária, além da morosidade no início da imunização da população

brasileira contra a Covid-19. Com o dólar alto e o real desvalorizado, os custos de produção e o preço final aumentaram, em um contexto em que o salário-mínimo se encontrava abaixo da inflação. Para que continuassem a ser lucrativas, as *commodities* agrícolas para exportação passaram a competir diretamente com a produção de outros alimentos *in natura* ou minimamente processados que se destinariam ao consumo interno, recebendo subsídios públicos para preservação da hegemonia do agronegócio.[20]

Cabe destacar que o agronegócio compôs a base de sustentação econômica e legislativa de ascensão e permanência do governo brasileiro de extrema direita e protofascista[21] até o fim de 2022, relacionando-se com a retração em instâncias de participação popular, a deterioração de biomas, a radicalização da insegurança alimentar e nutricional (IAN), a concessão de subsídios à indústria de AUP, além de tentativas insistentes de descrédito ao GAPB.

Por conseguinte, especula-se que o alcance das recomendações concernentes à redução no consumo de carne bovina tenha se aproximado da efetivação pelos centros urbanos brasileiros, ainda que não intencionados especificamente para saúde e sustentabilidade, mas direcionados pelo comprometimento na acessibilidade física e financeira a esses insumos. Por outro lado, marcadores de consumo alimentar positivos para saudabilidade e sustentabilidade (alimentos *in natura* ou minimamente processados) parecem ter sofrido importante decréscimo.

Consoante a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), estratificada por macrorregião do Brasil, evidenciou-se que 51,8% dos domicílios da Região Sul do país estavam em situação de segurança alimentar, 26,5% em insegurança alimentar leve, 11,8% em insegurança alimentar moderada e 9,9% em insegurança alimentar grave, no contexto da pandemia da Covid-19.[22]

Para contextualização político-partidária, cabe destacar que o prefeito Rafael Greca de Macedo, reeleito para o período de 2021 a 2024, encontrava-se filiado ao Partido Social Democrático (PSD) no lapso temporal desta pesquisa. De acordo com seus princípios e valores, o partido considera a possibilidade de "transitar em diferentes vias ideológicas de acordo com a conveniência da conjuntura, defendendo a iniciativa privada e a liberdade econômica em concomitância a um Estado forte, regulado, mas democrático e com prioridades sociais".[23]

Em seu plano de governo (Viva Curitiba), destacam-se pilares concernentes a sustentabilidade, solidariedade e cidadania, com ênfase em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN),[24] que ratificaram prioridade à mitigação de mudanças climáticas pela revisão do sistema alimentar municipal. O município tem sido reconhecido como modelo nacional por ações progressistas e inovadoras, notadamente permeadas por parcerias público-privadas.[25]

Embora herdeiro de oligarquias políticas emergentes desde o período colonial, fato criticado em ensaios sobre clientelismo e nepotismo,[26,27] não parece haver correlação direta, em sua genealogia, com interesses econômicos particulares ligados ao sistema alimentar municipal – apenas concentração de influência no Poder Judiciário e no desenvolvimento rodoviário e planejamento urbano da Região Metropolitana de Curitiba. Suscita-se a crítica de que suas políticas de urbanização e habitação têm promovido, historicamente, segregação socioespacial, o que pode, inclusive, ter interferido desproporcionalmente sobre a acessibilidade física e disponibilidade de alimentos entre as regiões administrativas com oportunidades distintas de alcance de direitos constitucionais.[25]

Ações implementadas em Curitiba-PR

Entende-se que o crescimento urbano desordenado, sem planejamento intersetorial, pode reiterar as iniquidades sociais e comprometer a participação popular na formulação de políticas públicas, configurando situações distintas dentro de uma mesma metrópole, com privações no acesso a direitos humanos e sociais, no sentido de uma boa saúde e alimentação adequada e saudável.[28]

A fim de enfrentar a sindemia global, municípios de grande porte têm investido na reconfiguração de seus sistemas alimentares com vistas a justiça social, saúde e sustentabilidade, por meio de políticas públicas de alimentação e nutrição e de planejamento urbano que considerem a melhoria na acessibilidade física a alimentos; redistribuição de renda, redução do custo de alimentos para o consumidor final e outras intervenções sobre acessibilidade financeira; formulação do abastecimento alimentar que se comunique em uma lógica regionalizada com produtores.[29]

Outras intervenções envolvem o estabelecimento de medidas regulatórias, que visam à proteção de práticas alimentares saudáveis pela população, abarcando a adoção de políticas fiscais para taxação de alimentos não saudáveis e subsidiação de alimentos saudáveis, assim como a regulação da publicidade de AUP para prevenção de abusividade e enganosidade,[28] e restrição da oferta de alimentos não saudáveis em escolas e instituições públicas.[30] Ademais, setores governamentais envolvidos na gestão da SAN devem mobilizar a construção de compromissos transversais, com articulação e alinhamento de programas setorizados, contato com a cooperação de organizações da sociedade civil de interesse público.[31]

Faz-se necessário investir, por meio de compras públicas, em circuitos curtos, integrados e inclusivos de produção-comercialização de alimentos, em respeito à vocação produtiva local ou regional. Nesse sentido, o fomento à agricultura urbana e periurbana contribui para ressignificar as relações comunitárias, sociais e de consumo das metrópoles, incluindo paisagismo produtivo e aumento na disponibilidade e acessibilidade física a alimentos *in natura*. O Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento pode prever o preenchimento de vazios urbanos para ocupação, uso do solo e produção intraurbana de alimentos.[30]

Em Curitiba, a precedência do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PLANCLIMA) vinha evidenciando a amplitude da área de alimentação e nutrição e suas interconexões com saúde e sustentabilidade. Por consequência, influenciou a construção das demandas legítimas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), vigente para o período de 2020 a 2023. Elas consideram intervenções sobre cadeias produtivas, abastecimento, distribuição e controle de desperdício de alimentos.

É sobressalente o robusto percurso histórico de programas inclinados a disponibilidade, acessibilidade física e financeira a alimentos saudáveis no município, inicialmente pela Secretaria Municipal de Abastecimento Alimentar (SMAB), convertida em Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) em julho de 2019. Diante da radicalização daIAN provocada pela crise sanitária, política e econômica dos últimos anos, reiterou-se a prioridade às ações inerentes no plano de governo do prefeito Rafael Greca, reeleito para o quadriênio 2021-2024.

No que se refere à produção de alimentos, a cidade se destaca por ações fomentadoras da agricultura familiar e da agroecologia periurbanas por meio do Programa de Desenvolvimento Produtivo Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (Pró-Metrópole) e pelo Programa de Desenvolvimento Agroalimentar da Região Metropolitana de Curitiba (PRODAM).

Com relação à cadeia de abastecimento, os Mercados Municipal e Regional sãoas centrais de referência, incluindo um segmento de matriz agroecológica, às custas, não obstante, de parcerias público-privadas.

Em termos de provisão institucional pelo Poder Executivo, destacam-se os estabelecimentos de ensino e de saúde, com alcance da meta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) relativa à oferta mínima de 30% de gêneros oriundos da agricultura familiar. O município também tem conseguido extrapolar a aquisição desse tipo de gêneros para outros programas da SMSAN.

Quanto aos ambientes alimentares subsidiados pela Prefeitura de Curitiba por meio de programas voltados para disponibilidade, acessibilidade física e/ou financeira a alimentos, ressaltam-se os restaurantes populares, Armazém da Família, Mesa Solidária, Banco de Alimentos e Auxílio Alimentar. O Armazém da Família favorece a acessibilidade financeira, pela comercialização de alimentos para famílias socialmente vulneráveis com valores médios inferiores aos da rede varejista. O Mesa Solidária distribui, para famílias em vulnerabilidade social e IAN, refeições preparadas a partir do Programa Banco de Alimentos, por meio do aproveitamento integral de gêneros doados pelo Mercado Regional, Armazéns da Família, Fazenda Urbana, Sacolões da Família e feiras livres.

A existência de feiras noturnas em Curitiba é uma estratégia interessante para promover acessibilidade física a alimentos *in natura* e minimamente processados.A iniciativa de oportunizar compras junto às feiras livres por ambiente digital foi em favor da conveniência e acessibilidade física a alimentos saudáveis no contexto pandêmico.

A expansão de hortas comunitárias, escolares ou institucionais, prevista no PLAMSAN, tem como condicionalidade prioritária a vulnerabilidade social, ao passo que, para instalação de restaurantes populares e feiras livres, priorizam-se áreas de maior circulação de pessoas e rentabilidade sob o prisma do empresário.

O município prevê demandas relacionadas ao controle de desperdício e à redução em perdas de alimentos. A partir do Programa Câmbio Verde, tem-se possibilitado a troca de materiais recicláveis por alimentos *in natura* provenientes de pequenos produtores. Ademais, a unidade móvel de SAN promove ações itinerantes de educação alimentar e nutricional, por meio de oficinas culinárias com vistas ao aproveitamento integral de alimentos.

No que concerne às diretrizes da Dieta de Saúde Planetária para priorização do consumo de fontes de proteínas vegetais em substituição à carne vermelha e aos laticínios, com vistas à redução do impacto sobre pegadas hídrica, de carbono e ecológica, Curitiba identificou inaplicabilidade diante do panorama alimentar e nutricional de sua população, que, em alguns estratos, manifesta restrições no alcance de requerimentos relativos a proteínas de alto valor biológico. Por outro lado, reconheceu a necessidade de intervenção sobre o consumo progressivo de AUP. Nesse sentido, eventos municipais promotores da alimentação adequada e saudável, conduzidos ou apoiados pelas secretarias municipais participantes deste estudo, são fundamentados nas diretrizes do GAPB. Uma estratégia inovadora corresponde à impressão de alertas sobre o grau de processamento industrial dos alimentos adquiridos no Armazém da Família, conjugados à nota fiscal.

No que tange à regulação da comercialização e publicidade de alimentos, a Lei do Estado do Paraná nº 14.855/2005 versa sobre medidas de proteção à alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Entretanto, permanece desatualizada frente às diretrizes alimentares nacionais vigentes, ainda que a incorporação do paradigma do processamento industrial esteja veiculada em demandas do PLAMSAN.

De modo geral, Curitiba foi célere na prevenção e minimização da IAN a partir da pandemia da Covid-19, ampliando a produção, o espaço e a duração da distribuição de refeições nos restaurantes populares, além de ter concedido créditos alimentares associados aos Armazéns da Família para famílias em risco social e cestas de alimentos a estudantes da rede municipal de ensino em ocasião de suspensão das aulas presenciais.

O controle social tem sido considerado na formulação e no monitoramento do PLAMSAN da cidade, porém a participação popular decresce à medida que se complexifica o grau de IAN. A crise sanitária, política e econômica comprometeu a representatividade e a diversidade de atores envolvidos no processo.

Em Curitiba, a agenda para revisão dos sistemas alimentares aponta para o *status* institucional, requerendo o amadurecimento de articulações intersetoriais para tomada de decisões integrativas, ainda que diversas demandas tenham evoluído do fluxo de soluções e alternativas para a fase de implementação de programas que imbricam os diversos processos do sistema alimentar e constructos de sua interface com os munícipes, conforme compilado no Quadro 3. Contudo, por não terem se configurado como políticas públicas minimamente formuladas, não é descartado o risco de descontinuidade, em que pese a forte estruturação da SMSAN e longitudinalidade de ações egressas da SMAB.

Quadro 3. Ações implementadas em Curitiba, refinadas por processo[3] e por constructo do ambiente alimentar[4].

Processo do sistema alimentar	*Curitiba*
Produção	*PRODAM / Pró-Metrópole* *Fazenda Urbana*
Abastecimento	*Banco de Alimentos* *Mercado Municipal e Regional*
Comercialização	*Armazém da Família* *Feiras livres e orgânicas* *Sacolões da Família*
Distribuição	*Alimentação escolar* *Alimentação hospitalar* *Câmbio Verde* *Cozinhas comunitárias* *Hortas urbanas* *Mesa Solidária* *Restaurantes populares*
Consumo	*Alimentação escolar* *Alimentação hospitalar* *Cozinhas comunitárias* *Hortas urbanas* *Mesa Solidária* *Restaurantes populares*
Controle de desperdício e perdas	*Banco de Alimentos* *Câmbio Verde* *Fazenda Urbana* *Feiras orgânicas* *Mesa Solidária* *Unidade Móvel SAN*
Constructo do ambiente alimentar	*Curitiba*
Disponibilidade	*Alimentação escolar* *Alimentação hospitalar* *Armazém da Família* *Banco de Alimentos* *Câmbio Verde* *Cozinhas comunitárias* *Feiras livres e orgânicas* *Hortas urbanas* *Mercado Municipal e Regional* *Mesa Solidária* *Restaurantes populares* *Sacolões da Família*

Quadro 3. Ações implementadas em Curitiba, refinadas por processo[3] e por constructo do ambiente alimentar[4].(Cont)

Constructo do ambiente alimentar	*Curitiba*
Acessibilidade física	*Alimentação escolar* *Alimentação hospitalar* *Armazém da Família* *Câmbio Verde* *Cozinhas comunitárias* *Feiras livres e orgânicas* *Hortas urbanas* *Sacolões da Família*
Acessibilidade financeira	*Armazém da Família* *Auxílio Alimentar* *Banco de Alimentos* *Cozinhas comunitárias* *Mesa Solidária* *Restaurantes populares*
Conveniência	*Feiras livres e orgânicas*
Promoção e qualidade	*Alimentação escolar* *Alimentação hospitalar* *Câmbio Verde* *EAN pautada no GAPB* *Hortas urbanas* *Lei Estadual nº 14.855/2005* *Saúde na Nota* *Restaurantes populares* *Unidade Móvel SAN*
Sustentabilidade	*Alimentação escolar* *Banco de Alimentos* *Câmbio Verde* *Fazenda Urbana* *Feiras orgânicas* *PRODAM / Pró-Metrópole* *Unidade Móvel SAN*

Atividades políticas corporativas expressas em Curitiba-PR

Ainda que dedicados à revisão de sistemas alimentares no sentido da justiça social, os participantes desta pesquisa mostraram-se tocados em maior ou menor grau pela racionalidade neoliberal. De seu discurso, emergiu a ideia de sobrecarga do Estado como provedor do bem-estar social, conjugada ao viés de regulação moral e meritocracia, sugerindo a penetração do capital privado em instituições públicas, além da corresponsabilização da população para que não se torne dependente de ações focalizadas e assistenciais.

Assim, políticas públicas tornam-se permeáveis à captura corporativa da indústria de alimentos, por meio de relações de *lobby* e cooptação ideológica, simbolizadas em discurso sustentado por referências e jargões do mundo corporativo.

> Temos como premissa e base de desenvolvimento de qualquer ação e qualquer política, a ideia de *Peter Drucker* sobre a hélice quádrupla, da união de esforços dos diversos setores da sociedade para o desenvolvimento de corresponsabilidade, de problemas

> complexos. Então, é nessa linha que a gente atua, sempre envolvendo o setor privado, buscando a responsabilidade social, buscando o terceiro setor, dando à comunidade ou orientando a comunidade que faça a sua parte. Nós compreendemos que o poder público municipal já não é e não terá nos próximos anos condições de fazer tudo sozinho. Não acreditamos em uma política assistencialista, onde só o município é responsável pela problemática e pelas ações.

Além da menção à hélice quádrupla, empregou-se o termo *design thinking*, que emerge de uma teoria individualista e meritocrática para transformação social relacionada ao recurso de capital criativo, não necessariamente emancipatória. Essa teoria tem sido adotada em fóruns econômicos mundiais, que contam com a presença dos principais líderes do setor privado, inclusive grandes corporações de alimentos.

> Em Curitiba, nós utilizamos uma metodologia colaborativa e participativa para buscar compreender as demandas legítimas da comunidade. Fizemos encontros nas dez regionais da cidade, abertos ao público, com perguntas norteadoras, com metodologias de *design thinking*, para buscar as prioridades.

A identificação da indústria de AUP como eventual parceira no sentido da SAN e controle de desperdício foi apontada, compreendendo-se que produtos prestes a se configurarem como impróprios para consumo pelo prazo de validade seriam uma alternativa imediata. Foram exemplificados produtos cárneos, embutidos e com elevado grau de processamento industrial, o que contrasta tanto com as recomendações da Dieta de Saúde Planetária quanto com o GAPB.

> A gente tem muita vontade de desenvolver uma relação com o grande setor industrial. Hoje é um setor de quebras de retorno. Então, eu entendo que o poder público poderia mediar essa relação com as indústrias, dizendo assim: "indústria, produtos que faltam 30 dias para vencer, eu compro por 10% do valor". Porque essa empresa vai perder esse produto e ela vai ter que pagar para queimar, ou para enterrar ou para dar um destino para esse alimento. Estou falando de carnes, proteína animal, coisas de centenas de toneladas por mês que vão para o lixo por falta de ter um destino. E aí a gente fala de fome, a gente fala de deserto alimentar. Então por que não criar uma política contra o desperdício?

> Na verdade, eu conheço grandes frigoríficos, grandes indústrias, que me relataram essa situação. Ligaram para conhecido, de uma grande indústria nacional, que oferecem aí linguiças, por exemplo, boas, de excelente qualidade. Não vou falar o nome aqui, mas é uma excelente linguiça que a gente compra, que quem tem condição, compra nos finais de semana, enfim, e estava oferecendo o quilo a R$ 3. Esse quilo custa 30. Então ele estava oferecendo a R$ 3 para esse grande parceiro nosso aqui, dono de um grande frigorífico por R$ 3. Por quê? Porque tinha 30 dias para vencer e ele teria que pagar para destinar isso. Então, para ele, é melhor perder e ganhar R$ 3 do que ter do que perder os R$ 3 e ainda pagar para enterrar.

No capitalismo extremo, atores econômicos interagem entre si, com organismos internacionais, o Estado e ativistas da sociedade civil em uma correlação desproporcional de forças que vai conciliar ou sobrepujar seus interesses com decisões públicas, em uma conjuntura caracterizada pela privatização e

controle da dinâmica democrática[32] por empresários como mercado financeiro e agronegócio, no âmbito da alimentação e nutrição.

Conhecer estratégias corporativas é fundamental para a adoção de mecanismos que freiem sua influência indevida em políticas públicas. A captura política pode ser definida como influência assimétrica de empresas sobre tomadas decisórias do Poder Executivo, pelo conhecimento prévio ou imediato de planos ou programas governamentais.[32]

As atividades políticas corporativas podem ser classificadas em estratégias instrumentais e discursivas. As instrumentais compreendem gerenciamento de coalizão; gestão de informação; envolvimento direto e influência política; e ações legais. As discursivas relacionam-se com argumentos econômicos, concepções sobre Estado e sociedade civil, além de pretensos benefícios à saúde e ao desenvolvimento sustentável.[33]

No recorte desta pesquisa, a experiência curitibana na revisão de sistemas alimentares para enfrentamento da sindemia lobal mostra-se atravessada por algumas atividades políticas corporativas, como gerenciamento de coalizão, envolvimento direto e influência política e convencimento discursivo – sintetizadas no Quadro 4.

Quadro 4. Atividades políticas corporativas expressas em Curitiba-PR na pesquisa "Análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global".

ESTRATÉGIAS INSTRUMENTAIS			
Estratégia	Práticas	Mecanismos	Discurso
Gerenciamento de coalizão	Recrutamento e interação com organizações governamentais	Estabelecimento de relações informais com representantes de governo	"Na verdade, eu conheço grandes frigoríficos, grandes indústrias, que me relataram essa situação. Ligaram para conhecido, de uma grande indústria nacional, que oferecem aí linguiças, por exemplo, boas, de excelente qualidade."
	Recrutamento e interação com a comunidade	Apoio a iniciativas em nível local	"Então, é nessa linha que a gente atua, sempre envolvendo o setor privado, buscando a responsabilidade social, buscando o terceiro setor, dando à comunidade ou orientando a comunidade que faça a sua parte."
Envolvimento direto e influência política	Acesso indireto	Realização de *lobby* para que as decisões sejam favoráveis à indústria	"A gente tem muita vontade de desenvolver uma relação com o grande setor industrial. Hoje é um setor de quebras de retorno. Então, eu entendo que o poder público poderia mediar essa relação com as indústrias..."
		Cooptação de representantes do governo para defesa de posições da indústria	
	Inserção em tomadas de decisão governamentais	Envolvimento em grupos técnicos e consultivos	"Na verdade, eu conheço grandes frigoríficos, grandes indústrias, que me relataram essa situação. Ligaram para conhecido, de uma grande indústria nacional, que oferecem aí linguiças, por exemplo, boas, de excelente qualidade."
		Aconselhamento a formuladores de políticas	
		Proposição de parcerias público-privadas	

Quadro 4. Atividades políticas corporativas expressas em Curitiba-PR na pesquisa "Análise das políticas alimentares de municípios brasileiros integrantes da Rede de Liderança Climática *C40 Cities* para enfrentamento da Sindemia Global".

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	
Argumento	Discurso
Benefícios econômicos	"Então, eu entendo que o poder público poderia mediar essa relação com as indústrias, dizendo assim: "indústria, produtos que faltam 30 dias para vencer, eu compro por 10% do valor". Porque essa empresa vai perder esse produto e ela vai ter que pagar para queimar, ou para enterrar ou para dar um destino para esse alimento."
	"Não vou falar o nome aqui, mas é uma excelente linguiça que a gente compra, que quem tem condição, compra nos finais de semana, enfim, e estava oferecendo o quilo a R$ 3. Esse quilo custa 30. Então ele estava oferecendo a R$ 3 para esse grande parceiro nosso aqui, dono de um grande frigorífico por R$ 3. Por quê? Porque tinha 30 dias para vencer e ele teria que pagar para destinar isso. Então, para ele, é melhor perder e ganhar R$ 3 do que ter do que perder os R$ 3 e ainda pagar para enterrar."
Demonização do "Estado-babá"	"Nós compreendemos que o poder público municipal já não é e não terá nos próximos anos condições de fazer tudo sozinho. Não acreditamos em uma política assistencialista, onde só o município é responsável pela problemática e pelas ações."
Concentração estrita em potencialidades da indústria de alimentos para SAN	"Estou falando de carnes, proteína animal, coisas de centenas de toneladas por mês que vão para o lixo por falta de ter um destino. E aí a gente fala de fome, a gente fala de deserto alimentar. Então por que não criar uma política contra o desperdício?"
Responsabilização individual por uma alimentação adequada e saudável	"Então, é nessa linha que a gente atua... buscando a responsabilidade social"
	"...orientando a comunidade que faça a sua parte."
	"Não acreditamos em uma política assistencialista"

Adaptado de Mialon et al.[3]

O gerenciamento de coalizão pretende construir relações formais e informais com organizações governamentais ou apoiar a inserção de pessoa amigável da indústria nessas instituições, a fim de promover o desenlace de parcerias público-privadas. Com a comunidade, o recrutamento e a interação podem se dar a partir de iniciativas em nível local mediadas por representantes do governo municipal cooptados pela indústria.

O envolvimento direto para exercício de influência política pode se dar por acesso indireto, a partir de cooptação de representantes do governo para defesa de posições da indústria ou pela nomeação, em cargo comissionado, de profissionais com experiência em corporações alimentícias. A penetração na tomada de decisão pode se configurar pelo envolvimento em grupos técnicos e consultivos, aconselhamento a formuladores de políticas e proposição de parcerias público-privadas com autorregulação com o governo.

No plano discursivo, argumentos econômicos, de demonização do "Estado-babá" e de fomento a debates, por concentração estrita nas potencialidades da indústria de alimentos direcionadas à SAN, mesclada como responsabilização individual da população em escolhas alimentares a partir de educação e informação, exemplificam tais estratégias corporativas.

CONCLUSÕES

Em que pesem os atravessamentos apontados pela interação fluida com a iniciativa privada, as ações e os programas da Prefeitura de Curitiba mostram inovação e êxito em diversos processos dos sistemas alimentares, desde o encurtamento de cadeias produtivas periurbanas até a interface com o consumidor por meio de ambientes alimentares institucionais ou comunitários, promovendo-se efetivamente disponibilidade, acessibilidade física e financeira a alimentos mais saudáveis e sustentáveis.

O GAPB é incisivo na denúncia sobre a intencionalidade de concentração de capital e poder pela indústria alimentícia e do agronegócio no Brasil, por meio da estratificação dos alimentos por seu grau de processamento industrial e ênfase às ameaças de um sistema alimentar predominantemente baseado em AUP sobre justiça social, biodiversidade, perpetuação da identidade e soberania alimentar, estado nutricional e saúde da população. Com isso, também é constantemente revidado por estratégias corporativas de depreciação e contestação.

Apesar da inviabilidade conciliatória entre saúde, sustentabilidade e o neoliberalismo assimilado e incorporado no ideário de políticas públicas e na subjetividade humana, não se deve desviar dos princípios e diretrizes alimentares e nutricionais vigentes em intervenções sobre os sistemas alimentares municipais, de modo que se pressuponha a suspeição sobre conflitos de interesses com grandes corporações alimentícias. O abastecimento e a provisão à base de AUP não devem ser entendidos como uma possibilidade de promoção de SAN, ainda que os organismos internacionais não destaquem seu paradigma, mesmo porque também são perpetrados pelos interesses do capital.

[1]Recomendam-se contínuas análises de implementação e efetividade de programas de segurança alimentar e nutricional e de sustentabilidade em Curitiba-PR, com alerta crítico à presença de conflitos de interesses, de modo que se tornem políticas públicas de Estado, e não de ocasião, direcionadas à justiça social, sanitária e climática.

REFERÊNCIAS

1. Swinburn B, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Comission Report. Lancet. 2019;393(1):791-846. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8

2. Popkin BM, Corvalan C, Grummer-Strawn LM. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. Lancet. 2020;395(1):65-74. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)32497-3

3. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security (HLPE). Nutrition and food systems: a report. Rome: FAO; 2017.

4. Downs S, Ahmed S, Fanzo J, Herforth A. Food environment typology: advancing an expanded definition, framework, and methodological approach for improved characterization of wild, cultivated, and built food environments towards sustainable diets. Foods. 2020;9(532):1-32. https://doi.org/10.3390/foods9040532

5. Burlandy L, Gomes FS, Carvalho CMP, Dias PC, Henriques P. Intersetorialidade e potenciais conflitos de interesse entre governos e setor privado comercial no âmbito das ações de alimentação e nutrição para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis. Vig Sanit Debate. 2014;2(4):124-129. https://doi.org/10.3395/VD.V2i4.460

6. Burlandy L, Castro IRR de, Recine E, Carvalho CMP de, Peres J. Reflexões sobre ideias e disputas no contexto da promoção da alimentação saudável.Cad Saude Publica. 2021; 37(sup. 1):1-20. https://doi.org/10.1590/0102-311X00195520

7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

8. Garzillo, JMF. A alimentação e seus impactos ambientais: abordagens dos guias alimentares nacionais e estudo da dieta dos brasileiros. guias alimentares nacionais e estudo da dieta dos brasileiros [tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2019.

9. Willet W, Rockström J, Loken B, Springmann M, Lang T, Vermeulen S et al. Food in the Antropocene: the EAT-Lancet Comission on healthy diets from sustainable food systems. Lancet. 2019;393(1):447-492. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31788-4

10. United Nations Framework Convention on Climate Change. The Paris Agreement. Germany: UNFCCC, 2020. https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement

11. C40 Cities. Deadline 2020 – How cities will get the job done.London: C40 Cities, 2015. [Acesso 16 nov. 2020]. Disponível em: https://cdn.locomotive.works/sites/5ab410c8a2f42204838f797e/content_entry5ab410fb74c4833febe6c81a/5ad4d6ae74c4837def5d3cde/files/Deadline_2020.pdf?1541690065

12. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The Milan Urban Food Policy Pact Monitoring Framework. Rome: FAO; 2019.

13. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama das Cidades. Rio de Janeiro, IBGE; 2022. [Acesso 28 out. 2022]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br

14. Bardin L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2016.

15. Orlandi EP. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes; 1999.

16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde.Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: Relatórios de acesso público. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. [Acesso 02 nov. 2022]. Disponível em: https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index

17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021. Brasília: Ministério da Saúde; 2022.

18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. IBGE; 2020.

19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE;2022. [Acesso 28 out. 2022]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=destaques

20. Costa M. Não culpe a pandemia e a guerra pela inflação dos alimentos no Brasil. O Joio e o Trigo: jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder; 12 mai.2022. [Acesso 28 out. 2022]. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2022/05/nao-culpe-a-pandemia-e-a-guerra-pela-inflacao-dos-alimentos-no-brasil/

21. Fonseca FP,Nebot CP. Las expressiones de laderecha en Brasil y en España: conservadurismo, neoliberalismo y fascismo. Oxímora Rev Inter Ética y Pol, 2020;1(16):63-84. https://doi.org/10.1344/oxi.2020.i16.29252

22. PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN; 2022.

23. Partido Social Democrático (PSD). Princípios e Valores. Brasília: PSD, 2022. [Acesso 05 nov. 2022]. Disponível em: https://psd.org.br/principios-e-valores/

24. Tribunal Superior Eleitoral. Divulgando contas de candidaturas oficiais. Plano de governo Viva Curitiba. Prefeito de Curitiba 2020. Brasília: TSE, 2020. [Acesso 05 nov. 2022]. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/PR/75353/426/candidatos/303754/5_1600357427026.pdf

25. Stroher LEM. A metrópole e o planejamento urbano: revisitando o mito da Curitiba-modelo [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; 2014.

26. Pereira MF. Famílias políticas tradicionais dominam as eleições à Prefeitura de Curitiba em 2016. NEP. 2016; 2(1):35-55. https://doi.org/10.5380/nep.v2i4.48635

27. Pereira MF. Rafael Greca, herdeiro das velhas oligarquias. Brasil de Fato; 21 set. 2016. [Acesso 05 nov. 2022]. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/09/21/artigo-rafael-greca-pmn-herdeiro-das-velhas-oligarquias

28.]. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2016/09/21/artigo-rafael-greca-pmn-herdeiro-das-velhas-oligarquias

29. Sales ADF, Meireles AL, Caiaffa WT. Saúde Urbana e Ambiente Alimentar: abordagens metodológicas. In: Mendes LL, Pessoa MC; Costa BVL. Ambiente Alimentar: Saúde e Nutrição. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio; 2022. p. 11-22.

30. Cohen N. Roles of cities in creating healthful food systems. Annu Rev Public Health. 2022;43(1):419-437. https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-052220-021059

31. Recine E, Brito ERB. A agenda de Segurança Alimentar e Nutricional para as cidades. In: In: Mendes LL, Pessoa MC; Costa BVL. Ambiente Alimentar: Saúde e Nutrição. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio; 2022. p. 23-36.

32. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The Milan Urban Food Policy Pact Monitoring Framework. Rome: FAO; 2019.

33. Berrón G, González L. A privatização da democracia: um catálogo da captura corporativa no Brasil. São Paulo: Vigência; 2016.

34. Mialon M, Cediel G, Jaime PC, Scagliusi FB. Um processo consistente de gerenciamento dos stakeholders pode garantir a 'licença social para operar': mapeando as estratégias políticas da indústria alimentícia no Brasil. Cad Saude Publica. 2021;37(sup. 1):1-19. https://doi.org/10.1590/0102-311X00085220

Colaboradoras

Marques HB participação na concepção e desenho, coleta, análise e interpretação dos dados e redação do estudo; Moraes DR e Castro Júnior PCP participação na revisão e aprovação da versão final do manuscrito.

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 01 de dezembro de 2023
Aceito: 18 de fevereiro de 2025